



PREFEITURA DE MONTE ALTO



EDITAL Nº 112/2.025

(REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025

PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025

SEI Nº 1210/2.025-56

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal –

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP

<https://pncp.gov.br/app/editais/>

UASG: 986727

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 01/08/2.025

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/08/2.025, às 9:00 horas (horário de Brasília)

PREÂMBULO

A Sessão Pública de processamento do pregão eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 20 de agosto de 2.025 e havendo a necessidade de prorrogação o Pregoeiro definirá o horário de início da segunda sessão.

A reunião será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Portal de compras do Governo Federal.

Todas as informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos no site do Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> referente ao presente pregão eletrônico, nos campos próprios disponíveis.

Qualquer alteração ulterior será disponibilizada nas páginas da Internet www.montealto.sp.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A Prefeita do Município de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 51.816.247/0001-11, com sede administrativa à rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº. 1.390, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, do modo aberto e fechado, abrigado nos autos do Processo Administrativo nº 157/2.025, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2.021, o Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

Integram o presente edital:

Anexo I	- Modelo de Proposta Comercial;
Anexo II	- Termo de Referência;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Anexo III	- Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo IV	- Modelo de Declarações;
Anexo V	- Termo de Opção e Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; e
Anexo VI	- Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

A despesa decorrente da presente licitação será suportada por recurso de dotação própria na vigente lei orçamentária, com as seguintes classificações contábeis:

02.14.01.13.392.0052.2126.3.3.90.39.00
Ficha Analítica nº 1740

02.14.02.04.122.0052.2073.3.3.90.39.00
Ficha Analítica nº 1766

02.14.02.13.695.0048.2106.3.3.90.39.00
Ficha Analítica nº 1776

02.14.03.13.392.0023.2045.3.3.90.39.00
Ficha Analítica nº 1789

02.14.03.13.392.0023.2146.3.3.90.39.00
Ficha Analítica nº 1799

02.14.03.13.392.0023.2164.3.3.90.39.00
Ficha Analítica nº 1805

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste pregão o registro de preços para contratação de serviço de locação de estruturas e equipamentos, tais como: banheiros químicos, cadeiras e mesas, climatizadores, geradores de energia, grades e tapumes, painel de led, treliça, tendas e estantes e camarins., tudo conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas neste Edital e Anexos, visando contratações futuras.

1.2 - O presente processo de licitação seguirá as seguintes fases, em sequência: apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, resolução de recursos, caso houver, adjudicação do objeto licitado e homologação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

2.1.1 - As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital>.

2.2 - Estarão impedidas de participar as empresas que:

2.2.1 - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração de Monte Alto, com base no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



2.2.2 - Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.3 - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.4 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2.5 - Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6 - Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7 - Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.8 - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.9 - Que constar qualquer impedimento de contratar com a Administração pública no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

2.3 - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Portal de Compras do Governo Federal, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema Compras.gov.br, relativos ao pregão eletrônico.

2.4 - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da chave e senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.4.1 - Em caso de perda ou quebra do sigilo da chave de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.5 - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6 - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.



3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2 - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à Prefeitura de Monte Alto, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas

4 - DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta, com a descrições dos objetos ofertados e preços, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.4 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4.1 - **Recomenda-se que o licitante, antes de digitar sua proposta na plataforma Compras.Gov, preencha o Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, como um rascunho, importante para organizar e estruturar a proposta definitiva de forma clara e coesa, evitando erros e incoerências da proposta final escrita que deverá ser enviada quando solicitada pelo Pregoeiro e que o valor da proposta final escrita deverá ser aquele ofertado na etapa de lances.**

4.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua



desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

4.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.7 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.7.1 - Preço correspondente ao valor unitário e total do item, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as características constantes dos Anexos I e II, deste Edital.

4.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.9 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este Edital.

4.9.1 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

4.9.2 - A empresa licitante deverá ofertar o quantitativo máximo previsto no Anexo I, deste Edital, sob pena de desclassificação.

4.10 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.11 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.12 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - Será exigida apresentação dos seguintes documentos de habilitação, apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es):

5.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Demonstração da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, por meio da comprovação de sua existência jurídica, através dos seguintes documentos, conforme o caso:

b) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou



compatíveis com o objeto da licitação.

5.1.2 - Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

a) Prova que possui conhecimento técnico e experiência prática na prestação de serviço de locação de estruturas temporárias para eventos, por meio da apresentação de certidão ou atestado expedido por terceiros imparciais, com capacidade para atestar a execução do objeto contratado, necessariamente em nome do licitante;

a.1) Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado, com identificação do nome, CNPJ e endereço do emissor. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, devidamente identificada com o nome, cargo exercido, números de telefone e/ou de correio eletrônico para contato, estando as informações sujeitas à conferência pela Pregoeira.

a.2) O documento de comprovação da capacidade técnica poderá ser objeto de diligência, a critério da Pregoeira, para efeito de complementação das informações ou para atestar sua fidedignidade.

a.3) Não será admitido atestado emitido pelo próprio sócio da empresa licitante ou por pessoa com vínculo de parentesco direto ou por empresas coligadas.

5.1.2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais), Estadual (inscritos em dívida ativa) e municipal (mobiliário), ou outras equivalentes, na forma da lei;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.1.2.1 - Para efeito de prova de regularidade fiscal, social e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.

5.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

5.1.3.1 - Certidão negativa de falência expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, anteriores à data da realização da sessão pública eletrônica do pregão, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.2 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



5.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.4 - Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no Anexo IV, deste Edital, atestando que:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato (Pedidos de Compra) serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Prefeitura e Diário Oficial do Município de Monte Alto e que os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente pelo correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) Que tomou conhecimento das reais condições e peculiaridades inerentes a prestação do serviço, bem como coletou informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem a proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento e certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado;

e) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito nos Anexos I e II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

f) De que conhece a obrigação de assinar a Ata de Registro de Preços, para o caso de ser adjudicatária no pregão, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas nos incisos IV e VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento;

g) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 - Para a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar:

5.4.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V, deste Edital;

5.4.1 - quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.4.2 - quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



5.5 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório ou por consulta pública em sítios eletrônicos de instituições expedidoras ou que a sua autenticidade seja feita por agente da Administração municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

5.6 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

5.7 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.8 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da proponente.

5.9 - O Pregoeiro, a seu critério, diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos “sites” dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

6 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2.1 - A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 1,00 (um real);

6.6.2 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.9 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 5 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 5 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 - Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.12 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.14 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.16.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.18.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

6.20 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



6.21 - O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

6.21.1 - Sua proposta final deverá ser formulada nos termos do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, com a indicação do nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal; conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento.

6.22 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 - O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.23 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

6.23.1 - Contenha vício insanável ou ilegalidade;

6.23.2 - Não obedeça às especificações contidas em edital;

6.23.3 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.23.4 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.23.5 - Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.23.5.1 - Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.23.5.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.

6.24 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.25 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual



PREFEITURA DE MONTE ALTO



descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

7.1.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5 - Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

7.1.6 - Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de Monte Alto.

7.1.7 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.8 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 - O julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) a habilitação dos licitantes será verificada por meio da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica exigidos na Cláusula Quinta, deste Edital.

a.1) O Pregoeiro poderá valer-se dos documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

a.2) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação do Pregoeiro.

a) Caso os dados e informações constantes nos documentos de habilitação ou no cadastramento no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

b) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente via sistema, a ser solicitado pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação.

c) A Administração municipal não se responsabilizará pela eventual



PREFEITURA DE MONTE ALTO



indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.2, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

d) a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

e) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

e.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 7.2.

f) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

g) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

7.2 - A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 7.2 deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.3 - Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 7.2, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 7.3 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista.

7.4 - Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 7.3, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

7.5 - Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 7.3, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



7.6 - Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos do subitem 7.3, do Edital.

7.7 - A Administração municipal poderá exigir o reconhecimento de firma em documento que restar dúvida de autenticidade.

8 - DA ATA, DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DOS PREÇOS.

8.1 - A ata de registro de preços, documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual serão registrados o objeto e os preços, para o licitante, será subscrita pelo convocado e pela autoridade municipal, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município.

8.1.1 - O licitante convocado que deixar de assinar a ata no prazo fixado, dela será excluído. A recusa equivale à infração prevista no artigo 156 da lei federal nº 14.133/21, sujeitando-o à aplicação da multa fixada no artigo 35, do Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

8.1.2 - Será registrado somente o preço do licitante vencedor do certame.

8.1.3 - O preço registrado somente será alterado na hipótese prevista no inciso II, alínea d, do artigo 124, da Lei federal nº 14.133/21.

8.1.4 - A ata de registro de preço implicará em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital, mas não obrigará a Administração municipal a contratar.

8.1.5 - A Prefeitura de Monte Alto será a única contratante da prestação dos serviços de preços registrado.

8.2 - O registro de preços terá validade de 1 (um) ano, cujo prazo iniciar-se-á a partir da data da publicação da respectiva ata.

8.2.1 - O prazo de vigência da ata de registro poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração Municipal.

8.3 - O cancelamento do registro de preços ocorrerá quando o prestador:

8.3.1 - recusar-se a retirar o instrumento contratual equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

8.3.2 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.3.3 - for declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração, nos termos dos artigos 7º. e 87, respectivamente, das Leis Federais nºs. 8.666/93, alterada posteriormente, Lei Federal nº. 10.520/02 e art. 156, do Lei federal nº 14.133/21.

8.3.4 – descumprir sua obrigação para a prestação do serviço de preços registrados, relacionados nos Pedidos de Compra emitidos, dentro do prazo fixado.

8.3.5 - Ocorrendo culpa da empresa fornecedora, em caso de cancelamento da ata de registro de preços, será aberto procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas no



artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21.

9 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

9.1 - Contado a partir da data da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município, os prestadores de serviços nela incluídos, terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para assinar a ata de registro de preços.

9.1.1 - O prazo fixado no item anterior admite prorrogação apenas uma única vez, desde que por igual período e que o convocado apresente convincente justificativa até o último dia do primeiro período de tempo.

9.1.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, nos termos do § 5º, do artigo 90, da Lei federal nº 14.133/21.

9.2 - Não será exigida a prestação de garantia contratual, conforme faculdade esculpida no artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.3 - Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Unidade requisitante do órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.4 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o prestador será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.5 - O registro de preços na ata não obriga a Prefeitura Municipal de Monte Alto a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

10 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - Para cada contratação a Administração Municipal expedirá um “Pedido de Compra” do qual constará o objeto da prestação, quantidades e demais especificações para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

10.2 - A empresa adjudicatária obriga-se a prestar o serviço qualquer que seja a quantidade requisitada, não sendo admitido o acúmulo de pedidos para execução posterior.

10.3 - Constatada qualquer irregularidade na prestação de serviço, este poderá ser rejeitado, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do contrato administrativo nos termos legais.

10.4 - Só serão emitidos atestados de recebimento se o serviço estiver plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.



11 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 - A Secretaria de Turismo e Cultura será a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, com competência para rejeitá-los, no todo ou em parte, caso não estejam sendo executados de acordo com as condições contratuais e a qualidade mínima exigida.

11.1.1 - A Secretaria encarregada da obrigação de que trata o “caput” deste item, manterá apontamento diário que evidencie os serviços realizados pelo contratado, e demais registros que entender importantes para atestar o cumprimento satisfatório do contrato.

11.1.2 - No último dia útil de cada mês, as secretarias requisitantes promoverão o recebimento dos serviços, mediante termo assinado e a totalização efetivamente realizadas, no período mensal aferido, para fins do disposto no capítulo seguinte.

12 - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - A liberação dos pagamentos pelos serviços efetivamente realizados, devidos à contratada, ocorrerá, impreterivelmente, no 30º (trigésimo) dia da conclusão da prestação, condicionada, sempre, à aprovação do Departamento de Contabilidade.

12.2 - Os pagamentos dos serviços, objeto da presente licitação, efetivamente realizados, serão processados através de ordem ou depósito bancário, em conta corrente indicada, obrigatoriamente, pela contratada.

12.3 - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item 12.1, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

12.4 - Para se habilitar convenientemente a qualquer pagamento, a prestadora de serviço deverá estar em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, obrigando-se, ainda, a apresentar ao CONTRATANTE os respectivos comprovantes de pagamento.

12.5 - Nos termos do Decreto Municipal nº 4.655, publicado no Diário Oficial do Município no dia 4 de agosto de 2023, que regulamenta a IN RFB 1234/2012, o Município de Monte Alto efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre o fornecimento de bens e prestações de serviços, conforme alíquotas dispostas na tabela anexa ao referido decreto.

13 - DAS SANÇÕES

13.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Alto, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 3 (três) anos, ou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.

13.2 - A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.



PREFEITURA DE **MONTE ALTO**



14 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Com até 3 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

14.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema ou através do correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2.1 - As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro ou Unidade Requisitante no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame.

14.2.2 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.3 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14.4 - Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 7.2 a 7.4, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

14.5 - Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

14.6 - Os recursos e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.gov.br/compras/pt-br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 14.5.

14.7 - A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 14.4 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente os atos de adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

14.8 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



15.2 - Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Portal de Compras do Governo Federal.

15.3 - Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro.

15.4 - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1 - Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2 - Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5 - Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Administração municipal, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6 - A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo Pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1 - As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

15.7.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8 - Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pelo Pregoeiro, via chat.

15.9 - O resultado deste pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Portal Nacional da Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município e nos sítios eletrônicos: www.montealto.sp.gov.br. e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.10 - Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 31 de julho de 2.025.

MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI
Prefeita

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025
PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação serviços de locação de estruturas e equipamentos para eventos.

Apresentamos nossa proposta para o registro de preços do(s) serviço(s) a seguir relacionado(s), de conformidade com as regras editalícias estabelecidas no edital pertinente:

Lote	Descrição (*)		Unidade	Quantidade	Valor Ofertado R\$	Valor Subtotal R\$
Lote destinado à participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte						
Lotes destinados à ampla participação						
Lote 1	Itens	Locação de Cadeiras e Mesas				
	1	Locação de Cadeiras Plásticas Brancas	diária	8.000		
	2	Locação de Mesas Plásticas Brancas	diária	2.000		
Valor Total do Lote 1						

Lotes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 destinados à ampla participação						
Lote 2	Itens	Locação de Banheiros Químicos				
	1	Locação de Banheiro Químico Acessível	diária	140		
	2	Locação de Banheiro Químico	diária	233		
Valor Total do Lote 2						

Lote 3	Itens	Locação de Climatizadores				
	1	Locação de Climatizador Pequeno	diária	50		
	2	Locação de Climatizador Grande	diária	50		
Valor Total do Lote 3						



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Lote 4	Itens	Locação de Geradores de Energia				
	1	Locação de Gerador de Energia 180 kva	diária	10		
	2	Locação de Gerador de Energia 250/260 kva	diária	10		
Valor Total do Lote 4						

Lote 5	Itens	Grades e Tapumes				
	1	Locação de Gradil Metálico	Metro linear por dia	1.000		
	2	Locação de Tapume Metálico	Metro linear por dia	600		
Valor Total do Lote 5						

Lote 6	Item	Painel de Led				
	1	Locação de painel de LED Indoor	Metro quadrado por dia	1.000		
Valor Total do Lote 6						

Lote 7	Item	Trelça				
	1	Locação de trelça	Metro linear por dia	2.500		
Valor Total do Lote 7						

Lote 8	Itens	Locação de Tendas				
	1	Locação de Tendas 5 x 5 m	diária	100		
	2	Locação de Tendas 10 x 10 m	diária	100		
	3	Locação de Tendas 3 x 3 m	diária	100		
	4	Locação de Tendas 10 x 5 m	diária	50		
Valor Total do Lote 8						

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Lote 9	Itens	Locação de Estandes e Camarim				
	1	Locação de Estandes em Octanorm	Diária por unidade			
	2	Locação de Camarim em Octanorm	Diária por unidade			
Valor Total do Lote 9						

(*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito neste anexo. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste anexo e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov deve prevalecer o estabelecido no Edital e neste Anexo I - Modelo de Proposta Comercial.

I - O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública do pregão eletrônico.

II - Declaramos que o **VALOR TOTAL DA PROPOSTA** é **irreajustável**, e nele estão incluídos: os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais; as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

III - Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IV - Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do **Edital do Pregão Eletrônico nº 90083/2.025** e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CEP:

FONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

_____, ____ de _____ de 2.02__.
(CIDADE)

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

NOME COMPLETO:

CARGO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



PESSOA CREDENCIADA OU AUTORIZADA PARA ASSINAR O FUTURO CONTRATO

NOME COMPLETO:	CARGO:
	CPF:
	RG:

Nota: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025
PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025

LOTE 1 - CADEIRAS E MESAS

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Cadeiras Plásticas e Mesas

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **locação eventual e sob demanda de cadeiras plásticas e mesas plásticas**, com entrega, retirada e manutenção inclusas, para atender à infraestrutura de eventos culturais, comemorativos, comunitários e institucionais realizados ou apoiados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo período de 12 (doze) meses.

2. Fundamentação da Contratação

A presente contratação está fundamentada nos artigos 6º, inciso XXIII, 18, 28, 40 e 75 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, no Decreto Municipal nº 4.645/2023 e demais normas correlatas. O modelo via **Sistema de Registro de Preços** assegura planejamento, economicidade, flexibilidade de fornecimento e eficiência administrativa.

3. Justificativa da Contratação

A locação dos itens atende às necessidades recorrentes de estrutura física básica nos eventos públicos promovidos pela Secretaria. A aquisição definitiva não se mostra viável pela alta rotatividade de uso, desgaste, demanda variável e ausência de espaço físico apropriado para armazenagem permanente.

4. Descrição dos Itens



Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Especificações Técnicas
01	Cadeira plástica branca	Diária	8.000	Empilhável, em polipropileno com proteção UV, resistência mínima de 180 kg, com selo do INMETRO, medidas mínimas: 34 cm (largura do assento), 38 cm (altura do assento), conforme ABNT.
02	Mesa plástica branca	Diária	2.000	Empilhável, para 4 lugares, fabricada em polipropileno com proteção UV, dimensões mínimas: 70x70x70cm. Conforme padrões de segurança e qualidade.

5. Obrigações da Contratada

Entregar os itens no local e horário indicados pela Administração, com no mínimo 24 horas de antecedência do evento;

Fornecer todos os itens limpos, higienizados, em perfeito estado de conservação;

Efetuar a **retirada dos itens** ao final do evento ou período contratado;

Substituir de imediato qualquer item danificado, sujo, quebrado ou fora do padrão;

Observar as normas de segurança e regulamentações sanitárias, incluindo a **ABNT e INMETRO**.

6. Obrigações da Contratante

Emitir **ordens de fornecimento com antecedência mínima de 48 horas**;

Fiscalizar o recebimento e a conformidade dos itens;

Fornecer local de acesso seguro para carga e descarga dos equipamentos;

Emitir atestados de conformidade para fins de pagamento.

7. Forma de Execução

Os serviços serão prestados **por demanda**, mediante requisição formal da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, via Ordem de Execução, com detalhamento da quantidade, local, período e cronograma da entrega e recolhimento.



8. Vigência da Ata

A vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme legislação vigente e interesse público.

9. Critério de Julgamento

A escolha da proposta mais vantajosa ocorrerá com base no **menor preço unitário por lote**, atendidas todas as condições técnicas e legais exigidas neste Termo de Referência.

10. Preço Estimado e Dotação

Sigiloso

11. Fiscalização

A fiscalização será exercida por servidor designado da Secretaria, responsável pelo acompanhamento das entregas, conferência de conformidade e emissão dos atestados necessários.

12. Pagamento

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias corridos**, mediante apresentação de **nota fiscal e atestado de conformidade**, via depósito em conta bancária da contratada.

13. Sanções

O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas nos **arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021**, inclusive multa, advertência, suspensão e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.



LOTE 2 - BANHEIROS QUÍMICOS

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Banheiros Químicos e Banheiros Químicos PCD

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP

1. Objeto

Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação, por meio de Registro de Preços, de empresa especializada na **locação de banheiros químicos padrão e acessíveis (PCD)**, com fornecimento de todos os serviços necessários à entrega, instalação, manutenção, higienização, desinstalação e remoção, para atendimento às demandas dos eventos promovidos pela Administração Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.

2. Fundamentação Legal

A contratação será realizada com fundamento nos artigos 6º, inciso XXIII; 18, §1º; 28, §1º; 40 e 75 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, Decreto Municipal nº 4.645/2023, bem como demais normativos aplicáveis, especialmente os dispositivos referentes à acessibilidade e aos serviços comuns.

3. Justificativa da Contratação

A disponibilização de banheiros químicos é fundamental para garantir infraestrutura mínima, conforto, higiene e acessibilidade em eventos culturais, institucionais e turísticos realizados em espaços abertos ou desprovidos de sanitários fixos. A contratação por SRP assegura economicidade, eficiência, flexibilidade e observância ao planejamento municipal.

4. Descrição dos Itens

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada
01	Banheiro Químico Simples: Cabine individual portátil com mictório, porta com indicação, papel higiênico, higienizador com gel, piso antiderrapante, ventilação e	Diária	233



Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada
	estrutura em polietileno. Inclusos: transporte, instalação, manutenção e limpeza diária.		
02	Banheiro Químico Acessível (PCD): Cabine com rampa, barras de apoio, piso antiderrapante, estrutura conforme NBR 9050. Inclusos: transporte, instalação, manutenção e limpeza diária.	Diária	140

5. Preços Estimados

Sigiloso

6. Obrigações da Contratada

Entregar, instalar e remover os banheiros nos locais indicados;

Executar **limpeza diária** durante o período de uso;

Garantir **identificação clara** (masculino/feminino/PCD);

Repor **insumos higiênicos** (papel higiênico e álcool gel);

Observar **as normas da ANVISA, ABNT e legislação de acessibilidade (NBR 9050)**;

Utilizar produtos **ecologicamente corretos** e realizar destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

7. Obrigações da Contratante

Indicar, com no mínimo 24 horas de antecedência, o local e o número de unidades a serem entregues;

Emitir Ordem de Serviço conforme necessidade;

Fiscalizar a execução do contrato.

8. Forma de Execução



A execução será por **demanda**, com acionamento por **Ordem de Execução de Serviço**, devendo a empresa iniciar os serviços em até **48 horas** após a solicitação formal.

9. Critério de Julgamento

O julgamento será pelo critério de **menor preço por lote**, conforme o art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10. Vigência

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos legais.

11. Dotação Orçamentária

As despesas correrão por conta de dotação própria da Secretaria de Turismo e Cultura, conforme disponibilidade orçamentária anual, informada na fase de contratação.

12. Fiscalização

A fiscalização será realizada por servidor designado por portaria, que acompanhará a execução dos serviços e emitirá os atestados de conformidade.

13. Pagamento

O pagamento será efetuado até **30 dias** após apresentação da nota fiscal e atestado de conformidade da execução dos serviços.

14. Sanções

A contratada estará sujeita às penalidades previstas no **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, bem como no Decreto Municipal nº 4.645/2023.



LOTE 3 - CLIMATIZADORES

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Climatizadores de Ambiente – Pequeno e Grande

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP

1. Objeto

Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para a **locação de climatizadores evaporativos de ar**, modelos **pequeno e grande**, com painel digital, extensão elétrica e operação completa, sob demanda, para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo período de 12 (doze) meses, mediante Sistema de Registro de Preços.

2. Fundamentação Legal

A contratação será regida pela **Lei nº 14.133/2021**, pelos normativos complementares e pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022**, além do Decreto Municipal nº 4.645/2023.

3. Justificativa da Contratação

A climatização dos ambientes dos eventos municipais é essencial para garantir o conforto térmico do público e trabalhadores, principalmente em espaços cobertos como tendas, salões, ginásios e estruturas temporárias.

4. Especificações Técnicas

Item	Descrição	Potência	Vazão de Ar	Reservatório	Unidade	Qtde Estimada
01	Climatizador Pequeno	170 a 200W	mín. 4.000 m³/h	40 a 80 L	Diária	50
02	Climatizador Grande	700 a 800W	mín. 16.000 m³/h	50 a 150 L	Diária	50



Especificações mínimas obrigatórias para ambos os modelos:

Alimentação **bivolt (110/220V)**;

Painel digital de temperatura com seleção de função (vento ou vento com climatização);

Oscilação horizontal de **90°**;

Regulagem de vazão de água;

Inclusa **extensão elétrica de 20 metros**;

Garantia de **troca ou manutenção em até 2 horas**, quando solicitado;

Equipamentos higienizados, testados e prontos para uso.

5. Obrigações da Contratada

Entregar e retirar os equipamentos nos locais indicados, conforme cronograma;

Substituir imediatamente qualquer unidade defeituosa ou inoperante;

Garantir manutenção preventiva e corretiva durante o período de uso;

Fornecer equipamentos compatíveis com as especificações técnicas e normas sanitárias.

6. Obrigações da Contratante

Emitir ordens de fornecimento com antecedência mínima de 48 horas;

Fornecer local e cronograma para instalação;

Fiscalizar a execução dos serviços e emitir o atestado de conformidade.

7. Forma de Execução

A execução será feita **sob demanda**, mediante ordem formal de fornecimento emitida pela Secretaria de Turismo e Cultura, informando local, data, tipo e quantidade de equipamentos.

8. Vigência da Ata



A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura, prorrogável nos termos da legislação vigente.

9. Critério de Julgamento

Menor preço por lote, considerando os valores unitários por diária e as exigências técnicas.

10. Estimativa de Preços

Sigiloso

11. Fiscalização

Será realizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que acompanhará a entrega, instalação, funcionamento e retirada dos equipamentos, emitindo o atestado de conformidade.

12. Condições de Pagamento

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos**, após a apresentação da nota fiscal e do atestado de conformidade da prestação do serviço.

13. Penalidades

O inadimplemento sujeitará a contratada às penalidades previstas nos artigos **155 a 158 da Lei nº 14.133/2021**, além de outras medidas legais e contratuais cabíveis.



LOTE 4 - GERADORES

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Geradores de Energia 180 kVA e 250/260 kVA

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP

1. Objeto

Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para a **locação, transporte, instalação, operação e desinstalação de geradores de energia elétrica**, com potências de **180 kVA e 250 ou 260 kVA**, incluindo todos os acessórios necessários para funcionamento, para atender às demandas de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo período de 12 meses, mediante Sistema de Registro de Preços.

2. Fundamentação Legal

A presente contratação será realizada com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, artigos 6º, XXIII; 18; 28; 40; 82; e 155 a 158, bem como no Decreto Municipal nº 4.645/2023 e na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022**.

3. Justificativa da Contratação

A realização de eventos públicos em locais sem infraestrutura elétrica suficiente exige fornecimento de energia autônoma e segura. A locação de geradores com diferentes potências assegura o funcionamento adequado de sistemas de iluminação, sonorização, painéis de LED e equipamentos audiovisuais de grande porte.

4. Especificações Técnicas

Item	Descrição	Potência	Unidade	Quantidade Estimada
01	Gerador de energia com 3 fases + neutro, cercado, com combustível, cabos e conexões, incluindo instalação e desinstalação	180 kVA	Diária	10
02	Gerador de energia com 3 fases + neutro, cercado, com combustível, cabos e conexões, incluindo instalação e desinstalação	250/260 kVA	Diária	10

Especificações mínimas obrigatórias:

3 fases + 1 neutro;



Combustível incluso para funcionamento integral durante a diária;

Equipamento devidamente **cercado com grade de proteção**;

Inclui **cabos, conexões e quadro de proteção**;

Transporte, instalação e desinstalação inclusos;

Em conformidade com as normas da ABNT e Corpo de Bombeiros.

5. Obrigações da Contratada

Fornecer os geradores com **combustível incluso**, prontos para uso imediato;

Garantir a entrega, instalação e retirada no local do evento, nos horários designados;

Manter **técnico de plantão** para correções durante o evento, quando exigido;

Substituir imediatamente qualquer equipamento defeituoso;

Cumprir com as normas técnicas e ambientais aplicáveis.

6. Obrigações da Contratante

Emitir ordens de fornecimento com antecedência mínima de 48 horas;

Informar a carga estimada e localização da instalação;

Acompanhar a execução e emitir o atestado de conformidade.

7. Forma de Execução

A execução se dará **sob demanda**, mediante **ordem formal de fornecimento**, com informações de data, local e potência requerida.

8. Vigência da Ata

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme legislação vigente.

9. Critério de Julgamento

Menor preço por lote (diária por potência), com atendimento integral às especificações técnicas.

10. Estimativa de Preços e Dotação Orçamentária

Sigiloso



11. Fiscalização

A execução do contrato será fiscalizada por servidor designado, que acompanhará a instalação, operação e retirada dos equipamentos, registrando eventuais não conformidades e emitindo os atestados necessários.

12. Condições de Pagamento

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, após a entrega da nota fiscal e do atestado de conformidade da execução do serviço.

13. Penalidades

O não cumprimento das obrigações sujeitará a contratada às penalidades previstas nos artigos **155 a 158 da Lei nº 14.133/2021**, além de outras previstas no edital e no contrato.



PREFEITURA DE **MONTE ALTO**



LOTE 5 - GRADIS E TAPUMES

OBJETO: Locação de gradis e tapumes metálicos para eventos públicos

UNIDADE DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **locação, montagem e desmontagem de gradis metálicos e tapumes metálicos**, sob demanda, para uso em eventos públicos organizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

2. Fundamentação Legal

Lei Federal nº 14.133/2021

Decreto Municipal nº 4.645/2023

3. Justificativa

A locação de gradis e tapumes é essencial para segurança, isolamento, controle de fluxo de pessoas e organização logística em eventos públicos promovidos pelo Município e ações descentralizadas.

4. Descrição Técnica

4.1. Gradil metálico (grade de isolamento)

Material: Aço galvanizado ou alumínio

Dimensões aproximadas: 2,00m de largura × 1,20m de altura

Base: com pés de apoio

Características: interligáveis, portáteis, reforçados

Estado de conservação: bom, sem ferrugem, trincas ou deformações

4.2. Tapume metálico (chapas tipo "lata")

Material: Chapa galvanizada ou similar

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



Dimensões: altura de 2,20m × 1,00m de largura por peça

Acessórios: Portões metálicos de 4 metros com barra antipânico

Acabamento: pintura uniforme, sem ferrugem ou danos

Instalação firme e nivelada

5. Quantitativos Estimados

Item	Quantidade Estimada (metro linear/dia)
Gradil	1.000
Tapume	600

Obs.: O quantitativo será solicitado conforme cronograma dos eventos.

6. Forma de Prestação dos Serviços

Entrega, montagem, fixação e desmontagem dos materiais em local definido;

Transporte e logística sob responsabilidade da contratada;

Equipe técnica habilitada, com EPIs e sinalização durante a montagem;

Atendimento em até 48 horas após ordem de serviço.

7. Obrigações da Contratada

Garantir integridade, limpeza e segurança dos materiais;

Fornecer materiais nas quantidades, prazos e condições pactuadas;

Realizar montagem e desmontagem com equipe técnica;

Recolher os equipamentos ao final do evento sem ônus adicional;

Atender a normas da ABNT, do Corpo de Bombeiros e das autoridades locais.

8. Obrigações da Contratante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



Informar previamente o cronograma e local da montagem;

Acompanhar a execução e fiscalizar a prestação do serviço;

Emitir ordem de serviço conforme necessidade da programação cultural.

9. Prazo de Vigência

12 meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. Critério de Julgamento

Menor preço por lote, considerando unidade de **metro linear por dia**, com fornecimento completo, montagem e desmontagem inclusos.

11. Estimativa de Preço

Sigiloso

12. Dotação Orçamentária

A despesa correrá por conta da **FICHA ORÇAMENTÁRIA 1805 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (EVENTOS ANUAIS)**

13. Fiscalização

Será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com registros por meio de relatórios, fotos e planilhas de medição.

14. Condições de Pagamento

Pagamento em até **30 dias corridos** após apresentação da nota fiscal e atesto da fiscalização, mediante medição de serviços efetivamente prestados.

15. Penalidades

Aplicam-se as penalidades previstas nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021, além das cláusulas contratuais.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



LOTE 6 - PAINEL DE LED

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Painel de LED Indoor por Metro Quadrado

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **locação de painéis de LED indoor**, com fornecimento de toda a estrutura necessária (placas, truss, cabeamento, vídeo processador, notebook e operador), para uso em eventos públicos e culturais da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Monte Alto, pelo período de 12 (doze) meses, conforme demanda.

2. Fundamentação Legal

A contratação será realizada com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, artigos 6º, XXIII, 18, 40 e 82, e no Decreto Municipal nº 4.645/2023, observando-se ainda a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022**.

3. Justificativa da Contratação

A locação de painéis de LED é indispensável para garantir **visibilidade, qualidade de transmissão de conteúdos visuais e modernização da estrutura de eventos públicos e institucionais** do Município. A contratação por SRP permite economia, flexibilidade e planejamento eficiente.

4. Especificações Técnicas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada
01	Painel de LED indoor (resolução P3 a P6)	metro quadrado/dia	1.000

Especificações mínimas obrigatórias:

Resolução P3, P4, P5 ou P6;

Brilho mínimo de **2000 nits**;

Placas com medidas de **0,96 m x 0,96 m**;

Vídeo processador incluso;

Operação técnica com notebook e passador de slides;

Estrutura de montagem em **Box Truss**;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Inclusão de **montagem, desmontagem, cabeamento e operador técnico** (mínimo 01 pessoa presente durante o evento);

Equipamento em **alta definição**, exclusivo para uso interno (**indoor**).

5. Obrigações da Contratada

Fornecer equipamentos em perfeito estado de uso, calibrados e atualizados;

Montar e desmontar a estrutura no local do evento, conforme cronograma fornecido;

Disponibilizar operador técnico presente durante o período de uso;

Realizar os testes prévios e prestar suporte técnico;

Garantir a segurança elétrica, estrutural e funcional do equipamento.

6. Obrigações da Contratante

Emitir ordens de fornecimento com antecedência mínima de 48 horas;

Fornecer cronograma e layout da instalação quando necessário;

Fiscalizar a execução e emitir atestado de conformidade.

7. Forma de Execução

A execução será **por demanda**, mediante emissão formal de **ordem de fornecimento**, com data, local, quantitativo e duração definidos previamente pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

8. Vigência da Ata

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme legislação vigente e justificativa administrativa.

9. Critério de Julgamento

Menor preço por metro quadrado/dia, com atendimento integral às especificações técnicas e exigências contratuais.

10. Estimativa de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



Sigiloso

11. Fiscalização

Será exercida por servidor designado, que acompanhará a instalação, operação e desmontagem dos equipamentos e emitirá o atestado de conformidade para fins de pagamento.

12. Condições de Pagamento

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias corridos**, após a entrega da nota fiscal e o recebimento do atestado de conformidade dos serviços.

13. Penalidades

A inexecução total ou parcial das obrigações implicará a aplicação das penalidades previstas nos **arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021**, bem como outras medidas legais e contratuais cabíveis.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



LOTE 7 - TRELIÇA

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Treliças Q30

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

MUNICÍPIO DE MONTE ALTO – SP

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **locação, transporte, montagem e desmontagem de treliças Q30 em alumínio**, por metro linear, para utilização em eventos públicos, culturais e institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, sob demanda, pelo período de **12 (doze) meses**.

2. Fundamentação Legal

A contratação se baseia nos artigos 6º, XXIII; 18; 28; 40; 82 e 155 a 158 da **Lei nº 14.133/2021**, bem como no Decreto Municipal nº 4.645/2023 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, que regulamenta os procedimentos para elaboração do Termo de Referência em contratações públicas.

3. Justificativa da Contratação

A locação de treliças Q30 é fundamental para viabilizar a instalação de equipamentos de som, iluminação, cobertura, painéis e cenografia em diversos eventos municipais. A contratação por Sistema de Registro de Preços garante eficiência, economia e atendimento conforme cronograma de eventos já previsto no PAC e no calendário cultural do município.

4. Especificações Técnicas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada
01	Treliça Q30	metro linear/dia	2.500

Requisitos mínimos:

Treliça Q30 de alumínio (triangular ou quadrada), estrutura modular com sistema de encaixe por pinos e cunhas ou parafusos;

Resistência compatível com equipamentos suspensos;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



Transporte, montagem e desmontagem incluídos;

Quando necessário, apresentação de **ART**;

Compatibilidade com normas da **ABNT NBR 15575, Corpo de Bombeiros**, e demais legislações correlatas;

Altura de montagem conforme projeto do evento, com garantia de estabilidade e segurança.

5. Obrigações da Contratada

Disponibilizar os equipamentos em perfeitas condições de uso, limpos, com montagem segura;

Cumprir pontualmente os prazos definidos nas ordens de fornecimento;

Substituir trechos danificados ou incompatíveis sem custos adicionais;

Apresentar ART sempre que exigida, conforme normas técnicas e legislação vigente;

Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, logísticos e operacionais.

6. Obrigações da Contratante

Emitir ordens formais com antecedência mínima de 48 horas;

Disponibilizar local seguro e acessível para montagem;

Acompanhar e fiscalizar a execução, emitindo o atestado de conformidade para fins de pagamento.

7. Forma de Execução

A execução será sob demanda, por meio de emissão de ordens de fornecimento, com quantitativos variáveis conforme cronograma e necessidade dos eventos promovidos pela Secretaria.

8. Vigência da Ata

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

9. Critério de Julgamento

Menor preço unitário por metro linear/dia, desde que atendidas todas as especificações técnicas e exigências legais.



10. Estimativa de Preços

Sigiloso

11. Fiscalização

Será realizada por servidor designado, que acompanhará a entrega, montagem, desmontagem, funcionamento e integridade das treliças contratadas.

12. Condições de Pagamento

O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da entrega da nota fiscal e do atestado de conformidade da execução dos serviços.

13. Penalidades

O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às penalidades previstas nos **arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021**, além das sanções previstas no contrato e em regulamentos municipais.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



LOTE 8 - TENDAS

OBJETO: Registro de Preços para Locação de Tendas

ÓRGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para locação eventual e sob demanda de tendas tipo pirâmide nas dimensões de **3x3m**, **5x5m**, **10x5m** e **10x10m**, com altura entre **3 e 4,5 metros**, para atendimento aos eventos públicos e culturais da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pelo período de **12 (doze) meses**.

2. Fundamentação Legal

A contratação se fundamenta nos artigos 6º, inciso XXIII, 18, 28, 40 e 82 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no Decreto Municipal nº 4.645/2023 e demais normativos aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

3. Justificativa da Contratação

A locação de tendas é essencial para viabilizar eventos públicos em espaços abertos, oferecendo proteção contra intempéries, conforto, delimitação de áreas e segurança à população. A inclusão da **tenda 10x5m** amplia a capacidade de atendimento aos eventos de porte intermediário, comum no calendário da Secretaria. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite eficiência, flexibilidade e economia.

4. Especificações Técnicas

Item	Descrição	Dimensões	Unidade	Quantidade Estimada	Altura Exigida
01	Tenda piramidal	3x3 m	Diária	100	3 a 4,5 m
02	Tenda piramidal	5x5 m	Diária	100	3 a 4,5 m
03	Tenda piramidal	10x10 m	Diária	100	3 a 4,5 m
04	Tenda piramidal	10x5 m	Diária	50	3 a 4,5 m

Especificações mínimas:

Estrutura metálica galvanizada ou em alumínio reforçado;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



Lona branca antichamas, impermeável, com proteção UV;

Apresentação de ART para tendas com área $\geq 25 \text{ m}^2$;

Transporte, montagem, desmontagem e retirada incluídos;

Montagem concluída com no mínimo 4 horas de antecedência ao início do evento;

Itens devem estar em perfeitas condições de uso, limpeza e segurança.

5. Obrigações da Contratada

Entregar, montar e desmontar os itens conforme ordem formal;

Substituir imediatamente estruturas danificadas ou incompatíveis;

Apresentar ART sempre que exigido;

Assegurar a segurança estrutural, estabilidade e conformidade com normas da ABNT, Corpo de Bombeiros e legislação ambiental;

Responsabilizar-se por transporte, integridade e pontualidade.

6. Obrigações da Contratante

Emitir ordens de fornecimento com antecedência mínima de 48 horas;

Indicar local e data de instalação;

Fiscalizar a execução e emitir atestados de conformidade.

7. Forma de Execução

A execução será por **demanda**, com prestação de serviços mediante **requisição formal da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**.

8. Vigência da Ata

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura, podendo ser prorrogada conforme legislação vigente.

9. Critério de Julgamento



Menor preço por lote, observadas as especificações técnicas exigidas neste Termo.

10. Estimativa de Preços

Sigiloso

11. Fiscalização

A fiscalização será exercida por servidor designado, que acompanhará a execução, verificará as condições contratuais e registrará eventuais ocorrências.

12. Pagamento

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** corridos após a apresentação da nota fiscal e do atestado de conformidade da execução, por meio de crédito em conta bancária.

13. Penalidades

O inadimplemento sujeitará a contratada às sanções previstas nos artigos **155 a 158 da Lei nº 14.133/2021**, bem como demais normativos legais e regulamentares aplicáveis.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



LOTE 9 - ESTANDES E CAMARINS

OBJETO: Locação de Stands e Camarins estruturados em Octanorm para eventos culturais

UNIDADE DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

1. Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **locação, transporte, montagem, desmontagem, hospedagem e alimentação da equipe técnica de Stands e Camarins modulares em estrutura Octanorm**, para uso durante os eventos culturais e institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, sob demanda.

2. Fundamentação Legal

Lei nº 14.133/2021

Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022

Decreto Municipal nº 4.645/2023

Guia Nacional de Termo de Referência – Participa + Brasil

3. Justificativa

A estrutura em Octanorm garante versatilidade, acabamento padronizado, agilidade na montagem e conforto para expositores, artistas e público. A locação permite adequação à escala de cada evento, com otimização de custos, espaço e logística.

4. Descrição Técnica dos Itens

4.1. Camarim em Octanorm – 4x4m

Estrutura em perfis de alumínio (Octanorm), com altura de 3m

Paredes em TS branco

Piso encapetado

Forro completo

Iluminação com spots (mínimo 1 a cada 3m²)

2 tomadas padrão por módulo

Porta com chave

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



Ar-condicionado em perfeito estado de funcionamento

Portão de emergência com barra antipânico

Incluso: transporte, montagem, desmontagem, hospedagem e alimentação da equipe técnica

4.2. Stand em Octanorm – 4x4m

Estrutura em perfis de alumínio (Octanorm), com altura de 3m

Paredes em TS branco

Piso encapetado

Forro completo

Iluminação com spots (mínimo 1 a cada 3m²)

2 tomadas padrão por módulo

Balcão de atendimento

Incluso: transporte, montagem, desmontagem, hospedagem e alimentação da equipe técnica

5. Quantitativos Estimados

Item	Dimensões	Unidade de Medida	Quantidade Estimada
Camarim	4x4m	Diária por unidade	20
Stand	4x4m	Diária por unidade	60

6. Forma de Execução

A empresa deverá entregar, montar e desmontar os módulos no local indicado com, no mínimo, 48h de antecedência do evento;

A contratada será responsável por todos os custos com pessoal, hospedagem e alimentação da equipe técnica;

Será exigido laudo técnico das estruturas e materiais.

7. Obrigações da Contratada

Fornecer todos os equipamentos e materiais especificados;

Realizar a montagem com segurança, seguindo normas técnicas;



Garantir o bom estado de conservação das estruturas;

Repor módulos danificados, se necessário, sem custos adicionais;

Retirar os materiais conforme cronograma da contratante.

8. Obrigações da Contratante

Fornecer local nivelado e seguro para montagem;

Informar cronograma de eventos com antecedência mínima de 10 dias;

Fiscalizar a execução dos serviços.

9. Prazo de Vigência

12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos legais.

10. Critério de Julgamento

Menor preço por lote (camarim e estande), considerando unidade **diária por unidade**.

11. Estimativa de Preços

Sigiloso

13. Fiscalização

A fiscalização será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com registros fotográficos e planilha de conformidade por evento.

14. Condições de Pagamento

Pagamento em até **30 dias corridos** após apresentação da nota fiscal e atesto da fiscalização, mediante medição dos serviços efetivamente prestados.

15. Penalidades

A contratada estará sujeita às penalidades previstas nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, inclusive multa e suspensão temporária de participação em licitações.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2.025

PROCESSO SA/DL Nº ____ /2.025

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.816.247/0001-11, doravante denominada **PREFEITURA**, representada pelo senhor _____, RG: nº _____, Secretário _____, de acordo com a atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 13, do Decreto nº 2.127, de 11 de outubro de 2.005 e ulteriores alterações, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, sediada na rua/avenida _____, nº ____, da cidade de _____, Estado de _____, adjudicatária do Pregão para Registro de Preços nº ____/2.023, representada pelo seu _____, senhor _____, portador do RG nº _____, daqui por diante denominada **PRESTADORA**, resolvem REGISTRAR os preços, com integral observância da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, e Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 – DO OBJETO E PREÇOS

- 1.1 - Constitui objeto da presente Ata o registro de preço dos itens dela constante, nos termos do artigo 40, da Lei Federal nº 14.133/21, e do Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023.
- 1.2 - O preço registrado tem caráter orientativo (preço máximo), cabendo aos Órgãos Participantes a obrigação de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta Ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição.

- 1.3 - O preço registrado na presente Ata refere-se ao seguinte item:

Item	Especificações	Unidade	Quantidade Máxima Anual	Valor Unitário Registrado	Valor Subtotal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



2 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura.

3 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZOS

3.1 – O serviço será requisitado através de Autorização de Serviço (Pedido de Compra), que será remetido de acordo com as necessidades da **PREFEITURA**, no prazo de ____ () dias úteis a partir da data do recebimento da notificação da Secretaria de Administração, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

3.1.1 - O prazo fixado poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela **PREFEITURA**.

3.1.2 - O compromisso da execução só estará caracterizado mediante o recebimento de um ou do outro instrumento contratual referido no item 3.1, desta cláusula.

3.1.3 - Se a **PRESTADORA** se negar a receber a Autorização de Serviço, este será enviados pelo correio eletrônico ou via postal, considerando-se como efetivamente recebidos na data do registro da correspondência, para todos os efeitos legais.

3.2 - No ato da retirada da Autorização de Serviço, a **PRESTADORA** deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

3.2.1 - Certidão Negativa de Débito – CND, para com o Sistema de Seguridade Social;

3.2.2 - Certidão de Regularidade de Situação – CRS, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.2.3 - Certidão Negativa de débitos tributários mobiliários, expedida pelo Departamento de Tributos e Rendas do Município de Monte Alto, ainda que a empresa tenha sede em outro Município. No caso da empresa não estiver inscrita no Cadastro de Contribuintes deste Município, declaração firmada por seu representante legal, especificando que nada deve à Fazenda de Monte Alto, relativamente aos tributos ou taxas relacionadas com o



objeto licitado.

3.3 - O prazo para a execução dos serviços será o constante da Autorização de Serviço, correndo por conta da **PRESTADORA**, todas as despesas decorrentes de frete, seguros, obrigações sociais, mão-de-obra, impostos, taxas e demais encargos não especificados, não podendo invocar dúvida ou hipótese para a modificação dos preços registrados.

3.4 - O objeto da presente Ata será acompanhado e fiscalizado pela Unidade requisitante, cujo responsável terá competência para rejeitá-lo, no todo ou em parte, caso não esteja sendo executado de acordo com as condições contratuais e a qualidade exigida. Para fins de comprovação do adimplemento das obrigações da **PRESTADORA**, lavrar-se-á termo circunstanciado e assinado pelas partes, cuja cópia será encaminhada ao Departamento de Contabilidade da **PREFEITURA**, até 2 (dois) dias antes da data aprezada para o pagamento da prestação.

3.5 - A **PRESTADORA** fica obrigada a atender todas as Autorizações de Serviços recebidas durante a vigência da Ata, ainda que o efetivo cumprimento ocorra no prazo máximo de dez dias após o término de sua validade.

4 – DAS PENALIDADES

4.1 - Pelo descumprimento do ajuste, a **PRESTADORA** sujeitar-se-á às multas moratórias previstas no Decreto nº 4.645, de 27 de julho de 2023, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

4.1.1 - É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O prazo de pagamento será de __ (__) dias, a contar da data do efetivo cumprimento da obrigação da prestação de serviço, atestado na forma do item 3.4, da cláusula terceira desta Ata.

5.1.1 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da **PREFEITURA**.

5.1.2 - Caso haja a necessidade de providências complementares por parte da **PRESTADORA**, ou ocorram outras situações impeditivas à liquidação da despesa, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.

5.2 - O pagamento do objeto desta Ata será efetuado por crédito em conta bancária indicada pela **PRESTADORA**.

5.3 - A **PRESTADORA**, para se habilitar convenientemente a qualquer pagamento, deverá estar em dia com o cumprimento de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, obrigando-se, ainda, a apresentar ao **CONTRATANTE** os respectivos comprovantes de pagamento.

6 – DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS

6.1 - Durante o período de vigência da Ata, os preços registrados não sofrerão reajustamentos, ressalvada a superveniência de normas federais ou estaduais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos apresentada pela **PRESTADORA**.

6.2 - Durante a validade da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Independentemente da provocação do Órgão Gerenciador do SRP, no caso de redução dos preços de mercado, ainda que temporária, a **PRESTADORA** obriga-se a comunicar à **PREFEITURA** o novo preço que substituirá o então registrado.

6.2.1 - Caso a **PRESTADORA** venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à **PREFEITURA**, ficará sujeita à restituição do que houver recebido indevidamente.

7 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

7.1 - As contratações decorrentes desta Ata serão autorizadas, caso a caso, pela

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



autoridade superior da **PREFEITURA**, à vista da prévia e obrigatória pesquisa de preços realizada pelo Órgão Participante, da qual possa verificar-se a compatibilidade do preço registrado com o do mercado.

7.2 - A formalização das contratações derivadas desta Ata dar-se-á através da emissão do Contrato Administrativo ou da Nota de Empenho pelo Departamento de Contabilidade da **PREFEITURA**, conforme o caso, precedida pela Autorização de Serviço.

8 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes a presente Ata, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Monte Alto, ____de ____de 2.025.

PREFEITURA

PRESTADORA

TESTEMUNHAS



PREFEITURA DE MONTE ALTO



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:-

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico nº __/2.025, da Prefeitura Municipal de Monte Alto, DECLARO, sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato (Pedidos de Compra) serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Prefeitura e Diário Oficial do Município de Monte Alto e que os recursos administrativos deverão ser encaminhados exclusivamente pelo correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) Que tomou conhecimento das reais condições e peculiaridades inerentes a prestação do serviço, bem como coletou informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem a proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento e certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado;

e) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito nos Anexos I e II. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

f) De que conhece a obrigação de assinar a Ata de Registro de Preços, para o caso de ser adjudicatária no pregão, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas nos incisos IV e VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento;

g) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

, de de 2.025.

Nome e assinatura do representante legal
RG nº.....

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



ANEXO V

**TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, com sede na _____, nº _____, cidade de _____, CNPJ nº _____, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro 2.006, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº __/2.02, da Prefeitura de Monte Alto,

DECLARA ser.



Microempresa nos termos do enquadramento previsto nos

incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.



Empresa de pequeno porte nos termos do enquadramento

previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Declara que não celebrou no presente ano-calendário contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

_____, _____ de _____ de 2.025.
(localidade)

(assinatura)

Nome: _____
RG: _____



PREFEITURA DE **MONTE ALTO**



ANEXO VI - Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que “dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Monte Alto”.

MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI, Prefeita Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XI, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Monte Alto-SP.

Art. 2º. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo do Município de Monte Alto-SP.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá aderir às normas regulamentares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contidas neste decreto municipal.

Art.3º. Na aplicação deste Decreto serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

CAPÍTULO II DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º. Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º. O Pregoeiro conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º. Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º. O Agente de Contratação, assim como os membros do Pregoeiro, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município.

§ 4º. O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º. O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura.

§ 6º. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Art. 5º. Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º. O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 8º deste decreto.

Art. 8º. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO V DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025**



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Art. 9º. O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir às finalidades as quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º. Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º. Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal.

CAPÍTULO VI DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º. Resultando dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º. A desconsideração dos valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



§ 4º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 13. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

Art. 14. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020.

CAPÍTULO VII DO LEILÃO

Art. 15. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.

III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º. O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º. A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO VIII DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 16. Desde que objetivamente mensuráveis, os fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



§ 1º. A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º. Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculos usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO IX DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 17. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO X DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 18. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

CAPÍTULO XI DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 19. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro poderá oferecer contraproposta.

CAPÍTULO XII DA HABILITAÇÃO

Art. 20. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 21. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 22. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO XIII DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 23. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 24. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º. Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º. O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 25. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º. O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º. Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 26. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 27. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 28. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 29. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV DO CREDENCIAMENTO

Art. 30. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



§ 2º. A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º. Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º. O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XV DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 31. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

CAPÍTULO XVI DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 32. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XVII DA SUBCONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Art. 33. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º. É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º. No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XVIII DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 34. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Parágrafo único. O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90083/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 157/2.025



PREFEITURA DE MONTE ALTO



CAPÍTULO XIX DAS SANÇÕES

Art. 35. Observados o contraditório e a ampla defesa, a inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:

I - de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;

II - no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;

Parágrafo único. As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

CAPÍTULO XX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Em âmbito municipal, a convocação dos interessados em participar do certame licitatório será efetuada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na página eletrônica mantida no site oficial do Município de Monte Alto-SP, assim como em aviso resumido no Diário Oficial do Município e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Até a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, a publicidade dos procedimentos fundados nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº10.520, de 17 de julho de 2002e nº 14.133, de 1º de abril de 2021 far-se-á no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e nos demais meios de divulgação aplicáveis no caso concreto.

Art. 37. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alto, 27 de julho de 2023.